

Autopista Fluminense S.A.

***Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2009 e de 2008
(Em Fase Pré-operacional até
1º de Fevereiro de 2009) e
Parecer dos Auditores Independentes***

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Fluminense S.A.
São Gonçalo - RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes ao período de 2 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fluminense S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações e o valor adicionado para o período de 2 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 21 de janeiro de 2010


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9 S/RJ

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008****(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2009	31/12/2008	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	70.218	2.559	Empréstimos e financiamentos	11	1.885	182
Contas a receber	4	1.687	-	Fornecedores		3.742	13.491
Estoque		91	-	Transações com partes relacionadas	15	10.535	7.545
Despesas antecipadas	5	226	164	Obrigações sociais		1.550	782
Adiantamentos		106	-	Obrigações fiscais	12	1.502	1.671
Impostos a recuperar	6	173	157	Cauções contratuais	13	3.349	1.675
Total do ativo circulante		<u>72.501</u>	<u>2.880</u>	Taxa de fiscalização	16	242	222
				Outras contas a pagar	14	668	440
				Total do passivo circulante		<u>23.473</u>	<u>26.008</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo-				Empréstimos e financiamentos	11	129.116	2.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.971	-	Transações com partes relacionadas	15	60.000	61.284
Imobilizado	8	173.506	92.038	Total do passivo não circulante		<u>189.116</u>	<u>63.384</u>
Intangível	9	151	121				
Diferido	10	23.559	25.354	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>199.187</u>	<u>117.513</u>	Capital social	17.a	63.001	31.001
				Prejuízos acumulados		(3.902)	-
				Total do patrimônio líquido		<u>59.099</u>	<u>31.001</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>271.688</u>	<u>120.393</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>271.688</u>	<u>120.393</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(EM FASE PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 1º DE FEVEREIRO DE 2009)

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31/12/2009
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Serviços prestados		67.703
Deduções dos serviços prestados		(6.514)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		<u>61.189</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(46.102)
LUCRO BRUTO		<u>15.087</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas		(8.364)
Remuneração e participação dos administradores	15	(483)
Outras receitas operacionais		191
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>6.431</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	18	1.153
Despesas financeiras	18	(13.457)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		<u>(5.873)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Diferidos	7.2	1.971
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(3.902)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$	2.j	<u>(0,06194)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		1	-	1
Aumento de capital		31.000	-	31.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		<u>31.001</u>	<u>-</u>	<u>31.001</u>
Aumento de capital	17.a	32.000	-	32.000
Prejuízo do período de 2 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009		-	(3.902)	(3.902)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>63.001</u>	<u>(3.902)</u>	<u>59.099</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do período	(3.902)	-
Ajustes ao prejuízo do período originado das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	6.666	-
Despesas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(1.284)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	7.124	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.971)	-
Aumento em ativos:		
Contas a receber	(1.687)	-
Estoques	(91)	-
Despesas antecipadas	(62)	(164)
Impostos a recuperar	(16)	(157)
Adiantamentos	(106)	(3.613)
	<u>(1.962)</u>	<u>(3.934)</u>
Aumento (redução) em passivos:		
Fornecedores	4.077	50.606
Transações com partes relacionadas	2.990	-
Obrigações sociais	768	782
Obrigações fiscais	(169)	458
Outras contas a pagar	248	662
Cauções contratuais	-	585
	<u>7.914</u>	<u>53.093</u>
Caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>12.585</u>	<u>49.159</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(98.456)	(117.600)
Aquisição de itens do ativo intangível	(65)	(137)
Adições ao ativo diferido	-	(25.272)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(98.521)</u>	<u>(143.009)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	222.717	2.309
Pagamentos	(101.122)	(27)
Aumento de capital	32.000	31.000
Partes relacionadas e mútuos	-	63.126
Caixa líquido originado das atividades de financiamento	<u>153.595</u>	<u>96.408</u>
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>67.659</u>	<u>2.558</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.559	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	70.218	2.559
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>67.659</u>	<u>2.558</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(EM FASE PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 1º DE FEVEREIRO DE 2009)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2009</u>
RECEITAS	
Prestação de serviços	<u>67.703</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	
Serviços de terceiros e outros	(33.669)
Custos contratuais da concessão	<u>(4.614)</u>
	<u>(38.283)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>29.420</u>
Depreciações e amortizações	(6.666)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE	<u>22.754</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
Receitas financeiras	1.153
Outros	<u>191</u>
	<u>1.344</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>24.098</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Pessoal e encargos:	
Remuneração direta (salários e remuneração/provisões para férias e 13º salário)	7.125
Benefícios	1.653
FGTS	408
Impostos, taxas e contribuições:	
Federais	1.962
Municipais	3.395
Remuneração de capitais de terceiros:	
Despesas financeiras	5.976
Juros capitalizados	2.423
Remuneração de capitais próprios:	
Juros sobre partes relacionadas	5.058
Prejuízo incorrido	<u>(3.902)</u>
	<u><u>24.098</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”) foi constituída em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Suas atividades compreendem, exclusivamente a exploração sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Sociedade assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia.
- 3,8 km de vias laterais.
- 28,3 km de variantes e contornos.
- Construção de 17 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Em 31 de dezembro de 2009, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$550 milhões (informação não auditada). No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram gastos R\$98,6 milhões (R\$117,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008) para os investimentos iniciais da infraestrutura da Sociedade.

a) Controle societário da Sociedade

A titularidade do controle efetivo da Sociedade deve ser de acordo com o contrato de concessão, exercida em caráter permanente e durante todo o prazo de concessão pela Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., entendendo-se por tal o capital desta.

b) Cumprimento do cronograma de investimentos

A Autopista Fluminense S.A., até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia - PER dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pela ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

As operações da Sociedade iniciaram-se em 2 de fevereiro de 2009.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência de o modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não pagará ao Poder Concedente pela exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável pelo direito de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As principais práticas contábeis são as seguintes:

a) Ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de realização.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras que podem ser resgatados a qualquer tempo pela Sociedade.

As aplicações financeiras são registradas ao seu valor justo, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

d) Imobilizado e intangível

O imobilizado e o intangível estão demonstrados pelo valor de custo, incluindo encargos financeiros, deduzido de depreciação ou amortização, calculadas pelo método linear. As taxas de depreciação foram estabelecidas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil-econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

e) Diferido

Corresponde aos gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, que estão sendo amortizados de forma linear pelo período de dez anos em virtude dos prazos esperados de benefício futuro.

f) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

g) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos custos necessários das operações, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços.

h) Imposto de renda e contribuição social

As bases de cálculo de imposto de renda e da contribuição social são apuradas em consonância com os critérios estabelecidos pela legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base no saldo do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, considerando as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, e levam em consideração os prazos previstos para sua realização.

i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas referentes à cobrança do pedágio são reconhecidas quando auferidas.

j) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes na data do balanço.

k) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Recuperação de imposto de renda e de contribuição social diferidos.
- Vidas úteis de ativos imobilizados.
- Valor justo dos instrumentos financeiros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Caixa	793	23
Contas correntes bancárias:		
Banco Itaú S.A.	3.050	2.536
Unibanco S.A.	187	-
Santander S.A.	5	-
Outros bancos	11	-
Equivalentes de caixa (*)	<u>66.171</u>	<u>-</u>
	<u>70.218</u>	<u>2.559</u>

(*) Representam aplicações financeiras de liquidez imediata que são remuneradas por índices que representam 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2009</u>
Receitas acessórias a receber	13
Pedágio eletrônico a receber	1.186
Cupons de pedágio a receber	363
Cartões de pedágio a receber	<u>125</u>
	<u>1.687</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2009.

O prazo de vencimento das contas a receber é de até 30 dias.

5. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Seguros	226	129
Aluguéis	<u>-</u>	<u>35</u>
	<u>226</u>	<u>164</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	165	152
IRRF sobre serviços de terceiros	4	5
ISSQN a recuperar por Município	<u>4</u>	<u>-</u>
	<u>173</u>	<u>157</u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

7.1. Apresentação

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Sociedade, fundamentada em estudos técnicos anuais de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, apurou e registrou o crédito fiscal de imposto de renda e de contribuição social sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, apurados no período de 2 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009.

7.2. Composição do crédito fiscal constituído

	<u>31/12/2009</u>
Prejuízo do período	5.873
Alíquota vigente	<u>34%</u>
Crédito esperado de imposto e contribuição	1.997
Efeito de adições/exclusões	<u>(26)</u>
Crédito contabilizado	<u>1.971</u>

7.3. Expectativa de realização

A estimativa de realização do ativo fiscal diferido está demonstrada a seguir:

2011	1.615
2012	<u>356</u>
	<u>1.971</u>

8. IMOBILIZADO

É composto por:

	Taxa anual média ponderada de depreciação - %	31/12/2009		31/12/2008	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em rodovia - obras e serviços	4,18	163.932	(4.669)	159.263	-
Móveis, utensílios e instalações	10	760	(54)	706	216
Equipamento mobiliário	10	392	(82)	310	652
Prédios e benfeitorias	10	76	(9)	67	37
Computadores e periféricos	20	361	(85)	276	192
Veículos	20	9	(2)	7	8
Imobilizado em andamento	-	10.659	-	10.659	87.320
Adiantamentos a fornecedores	-	2.218	-	2.218	3.613
		<u>178.407</u>	<u>(4.901)</u>	<u>173.506</u>	<u>92.038</u>

As adições ao ativo imobilizado ocorridas após a contratação da concessão, não sujeitas à indenização por parte do Poder Concedente quando do término da concessão e cujas vidas úteis estimadas sejam superiores ao período da concessão, são depreciadas com base no período restante do Contrato de Concessão. A reversão dos bens quando da extinção da concessão será feita com o pagamento, pela União, das parcelas dos investimentos vinculados aos bens adquiridos pela concessionária, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com a prévia aprovação da ANTT, com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram capitalizados R\$2.423 milhões de encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros e mútuos com partes relacionadas.

A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação nos bens do ativo imobilizado. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi a seguinte:

	Saldos em 31/12/2008	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2009
Imobilizado em rodovia - obras e serviços	-	45.824	-	118.108	163.932
Móveis, utensílios e instalações	227	83	-	450	760
Equipamento mobiliário	678	253	(572)	33	392
Prédios e benfeitorias	40	-	-	36	76
Computadores e periféricos	217	152	(8)	-	361
Veículos	9	-	-	-	9
Imobilizado em andamento	87.320	34.473	(66)	(111.068)	10.659
Adiantamentos a fornecedores	3.613	6.164	-	(7.559)	2.218
Depreciação acumulada	(66)	(4.862)	27	-	(4.901)
	<u>92.038</u>	<u>82.087</u>	<u>(619)</u>	<u>-</u>	<u>173.506</u>

9. INTANGÍVEL

O intangível é basicamente formado por software com amortização linear pelo prazo de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os saldos líquidos são representados por:

	Taxa anual média ponderada de <u>amortização - %</u>	31/12/2009		31/12/2008	
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de uso de software	20	<u>201</u>	<u>(50)</u>	<u>151</u>	<u>121</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

10. DIFERIDO

	31/12/2009	31/12/2008
Pessoal/Administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciação/Amortização	80	80
Conservação de rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultado financeiro	(351)	(351)
Outros	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
Subtotal	25.354	25.354
Amortização acumulada	<u>(1.795)</u>	-
Total	<u>23.559</u>	<u>25.354</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos Contratos de Concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituições credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	31/12/2009		31/12/2008	
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
BNDDES	TJLP + 3,58% a.a.	Março de 2011	-	26.310	-	-
BNDDES	TJLP + 2,8% a.a.	Março de 2011	-	100.818	-	-
Banco Votorantim (a)	TJLP + 2,6% a.a.	Agosto de 2013	-	214	19	82
Banco Votorantim (b)	TJLP + 2,6% a.a.	Setembro de 2013	-	1.774	163	2.018
Juros líquidos (c)			<u>1.885</u>	-	-	-
			<u>1.885</u>	<u>129.116</u>	<u>182</u>	<u>2.100</u>

Autopista Fluminense S.A.

- (a) Refere-se a três contratos para a compra de grupo de geradores e caixas d' água.
- (b) Refere-se a quatro contratos para a compra de sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz.
- (c) Referem-se a juros sobre financiamentos, líquidos de comissões bancárias.

Como garantia dos empréstimos e financiamentos descritos nos itens (a) e (b), realizados individualmente, está a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2009</u>
2011	127.854
2012	725
2013	<u>537</u>
	<u>129.116</u>

Os empréstimos obtidos com o BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que implicam vencimento imediato nos casos de descumprimentos relacionados às seguintes condições:

Da Sociedade:

- Manter situação regular com suas obrigações com os órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente ao BNDES.
- Não se constatar situação de inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou de sua controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista:

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem em restrições a capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.

- Não submeter à oneração, ações de sua propriedade e da Sociedade ou à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo.
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a 5 (cinco) vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral auditado por empresa de auditores independentes registrados na CVM.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
IRRF	104	188
PIS	58	-
COFINS	267	-
Outros tributos federais (a)	404	689
Outros tributos municipais (b)	<u>669</u>	<u>794</u>
	<u>1.502</u>	<u>1.671</u>

(a) Referem-se a Instituto Nacional do Seguro Social - INSS de terceiros, Programa de Integração Social - PIS de terceiros, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS de terceiros e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de terceiros.

(b) Referem-se a Impostos Sobre Serviços - ISS de terceiros.

13. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Obrigações sociais	400	200
Aluguéis a pagar	-	4
Outras contas a pagar	<u>268</u>	<u>236</u>
	<u>668</u>	<u>440</u>

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Circulante:		
Obrascon Huarte Lain S.A. (c)	935	1.114
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	473	3.286
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	1.824	3.145
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	314	-
Mútuos - Obrascon Huarte Lain S.A. (a)	<u>6.989</u>	-
	<u>10.535</u>	<u>7.545</u>
Não circulante-		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain S.A. (a)	<u>60.000</u>	<u>61.284</u>

- (a) Representa mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor</u>	
				<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
04/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	6.000	6.817	6.237
17/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.132	1.035
25/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	11.285	10.324
06/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	8.000	8.998	8.232
27/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	9.000	10.052	9.196
05/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	6.000	6.680	6.111
27/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	7.000	7.737	7.077
05/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.511	5.042
19/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	<u>8.000</u>	<u>8.777</u>	<u>8.030</u>
			<u>60.000</u>	<u>66.989</u>	<u>61.284</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2010. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados a manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A (“OHL”).
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade pagou os montantes de R\$483 e R\$571 (em 2008 registrado como ativo diferido), respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é de R\$592 e R\$251, respectivamente. As metas são como seguem:

a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participarão os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores:

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

16. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de R\$242 (R\$222 em 31 de dezembro de 2008) é representado pela verba da fiscalização paga mensalmente, desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2008, conforme mencionado na nota explicativa nº 22.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade realizou os seguintes aumentos de capital, nas seguintes datas:

	R\$
4, 13, 16 e 23 de março de 2009	6.000
13 e 30 de abril de 2009	11.000
7 de maio de 2009	7.000
1º de julho de 2009	5.000
7 de agosto de 2009	<u>3.000</u>
	<u>32.000</u>

O capital social em 31 de dezembro de 2009 é de R\$63.001 (R\$31.001 em 31 de dezembro de 2008) e está representado por 63.001.003 ações ordinárias (31.001.003 em 31 de dezembro de 2008), nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras:	
Sobre aplicações financeiras	1.147
Outras receitas	<u>6</u>
	<u>1.153</u>
Despesas financeiras:	
Encargos financeiros - juros e variação monetária	13.299
Outras despesas	<u>158</u>
	<u>13.457</u>

19. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 3.

b) Informações suplementares

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Caixa pago durante o período referente a-		
Juros	5.398	-
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa-		
Compra de bens do ativo imobilizado e itens do diferido e do intangível registrada em obrigações	8.097	6.407

20. GARANTIAS E SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A concessionária, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da verba de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2009, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade Civil	20.100
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	57.190

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas Taxas de Juros de Longo Prazo - TJLP e no CDI sobre seus saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração efetuou análise sensível considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - Provável</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	8,75%	10,94%	13,13%
TJLP	6,0%	7,50%	9,0%
Juros a incorrer (*)	17.940	21.316	24.687

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$1.186, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - "Sem Parar", registrados na conta "Contas a receber".

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não auditada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 representam o valor justo ou custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

22. COMPROMISSOS

Os principais compromissos firmados pela Sociedade relacionados à concessão da rodovia, conforme Contrato de Concessão são:

- a) Recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual a título de verba de fiscalização será de R\$2.665, em valores de julho de 2007. Até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$66.630, em valores de julho de 2007, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização será corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe durante a concessão nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.

- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O estatuto social da Sociedade prevê a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. A documentação relativa ao pedido de registro de sociedade anônima de capital aberto está em fase de análise pela CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

23. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para contingências. Tais processos representam R\$1.898 em 31 de dezembro de 2009.

25. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Alterações nas práticas contábeis brasileiras

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Até a data da preparação dessas demonstrações financeiras e durante o exercício de 2009, 42 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs e ICPCs que poderão ser aplicáveis para a Sociedade, considerando-se suas operações, são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
28	Propriedades para Investimento
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação

<u>ICPC</u>	<u>Título</u>
01	Contratos de Concessão
03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

A Administração da Sociedade está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Sociedade irá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos pronunciamentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.